

EDITORIAL

O sétimo volume, número 2 de 2019 teve a colaboração de diversos autores que abordam a questão regional no âmbito econômico e apresentam interface com várias áreas afins.

O primeiro artigo analisa a distribuição da renda no Brasil com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual de 2017 e utiliza os rendimentos habituais e os rendimentos efetivos do trabalho. São analisadas as distribuições do rendimento de todos os trabalhos entre pessoas ocupadas e entre pessoas economicamente ativas, e a distribuição da renda domiciliar *per capita*, a partir de diversos conceitos e medidas: percentis e decis, curva de quantis, parada de Pen, dominância de primeira ordem, índice de Gini, razão de médias $10^+/40^?$, curva de Lorenz etc. São comparadas distribuições da renda para homens e para mulheres e para três categorias de cor (brancos, amarelos e negros). Ao analisar a distribuição da renda domiciliar *per capita*, comparam-se as distribuições nas áreas rural e urbana e em várias regiões do País. O estudo finaliza com a discussão e análise das medidas de pobreza no Brasil e em sete regiões.

O segundo artigo analisa a relação entre as atividades produtivas e a desigualdade salarial entre os homens e mulheres, nos anos 2002 e 2016. Os dados foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O método utilizado é a análise exploratória *Shift-Share*. OS resultados apontam que a desigualdade salarial permanece no mercado de trabalho paranaense no período analisado e há aumento, com exceção da construção civil. Dos três componentes, o nacional indicou que a desigualdade irá aumentar caso as regiões sigam a tendência nacional. No entanto, os componentes estrutural e regional compensam, em partes, a desigualdade, em espacial, nos setores comércio, indústria e agropecuária.

O terceiro artigo discute as alterações na distribuição espacial do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre os municípios brasileiros, no período de 1991 e 2010, a partir de três dimensões, longevidade, educação e renda. O método de investigação consistiu no emprego da análise exploratória de dados espaciais (AEDE), com a utilização de matrizes de transição aplicadas e apresentadas por Rey (2001). Os resultados mostraram a existência de autocorrelação espacial positiva nos dois anos analisados. A análise da distribuição espacial revelou que 90,7% dos municípios que estavam no agrupamento de baixo desenvolvimento no ano de 1991, permaneceram na mesma situação em 2010. O indicador de educação foi o que mais evoluiu em termos percentuais, embora na condição absoluta tenha se situado abaixo dos indicadores de longevidade e renda. A análise municipal revelou que as unidades com baixa população, localizadas principalmente no Norte e Nordeste apresentaram IDHM abaixo da média nacional. Em relação as capitais brasileiras, verificaram os bons níveis de desenvolvimento socioeconômicos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O quarto artigo avalia a percepção por parte dos servidores, de um órgão da administração do Governo de Pernambuco, a partir dos princípios norteadores do GESPÚBLICA, em sua dimensão de gestão de pessoas. O resultado da pesquisa demonstra que existe um grande desafio a ser superado pelo órgão nos subsistemas "recompensando pessoas", "aplicando pessoas", "desenvolvendo pessoas" e "mantendo pessoas". Estes subsistemas são percebidos de uma forma negativa, sendo preciso adotar práticas dentro desta organização e desenvolver processos que contribuam para o contínuo desenvolvimento da gestão pública de excelência.

O quinto artigo discute a identificação e articulação governamental dos programas da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA/MG) com a efetivação do Pró-Macaúba no Plano Plurianual de governo do período 2012/2015. A metodologia da pesquisa adotou a

pesquisa bibliográfica e documental, tendo abordagem qualitativa e finalidade descritiva. Os resultados demonstram que dos 68 programas 35% deles demonstraram identificação e articulações parciais favoráveis ao Pró-Macaúba, 63% não demonstraram nenhuma identificação, e apenas um programa demonstrou-se totalmente identificado e articulado. O Pró-Macaúba apresenta limitada integração aos programas da Secretaria, pois os objetivos do Pró-Macaúba não estão efetivamente identificados e articulados nos programas das unidades executoras da SEAPA/MG..

O sexto artigo analisa a estrutura de governança adotada entre produtores de soja e uma empresa compradora de soja está organizada na região noroeste do estado do Paraná, a partir dos pressupostos da Nova Economia Institucional, em particular da Economia dos Custos de Transação. A pesquisa de natureza qualitativa envolveu a pesquisa de campo, por meio de entrevista e questionários, aplicados respectivamente a uma empresa compradora da soja e produtores rurais que cultivam soja. Os resultados revelaram elevada especificidade de ativo, alta incerteza e frequência recorrente nas transações e governança híbrida. Os autores concluíram que as estruturas híbridas observadas se diferenciam do proposto pela ECT, visto que não há garantia de frequência, controle e mitigação dos riscos comuns a tal estrutura de governança, logo não conseguem evitar as incertezas de mercado e climáticas, assim como a possibilidade do comportamento oportunista por parte dos agentes que possuem os investimentos específicos.

O sétimo artigo discute as características que determinam a decisão de empreender e estimar como a religião pode afetar essa decisão. Mais especificamente o estudo buscou verificar a relação entre a religião protestante e a decisão de empreender, controlando para outros fatores apontados pela literatura. Para tanto, a base de dados utilizada foi construída por meio dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Os autores utilizaram o modelo de Regressão Logística e os resultados apontaram que ser protestante eleva as chances de ser empreendedor nos três anos de análise, mostrando que a religião é um fator que deve ser considerado ao se analisar os determinantes do empreendedorismo.

O oitavo artigo analisa as características do crédito consignado no Brasil: crescimento, estrutura, efeitos da flexibilização das regras de financiamento da concessão dessa modalidade de crédito, montantes contratados nos segmentos do setor público e privado, incluindo aposentados e pensionistas. Os resultados evidenciaram que, apesar de crescente, o crédito consignado tem apresentado volumes menores de concessão, inclusive com resultados negativos nos últimos anos, a despeito da flexibilização das regras de contratação. A crise fiscal trouxe uma nova dinâmica à concessão do consignado e as novas regras de concessão apresentaram melhores resultados para o segmento de aposentados e pensionistas, cujo crescimento após a flexibilização das regras de contratação foi o dobro daquele observado para o segmento do setor público.

O nono artigo discute os pressupostos da Teoria da Base de Exportação (TBE) de Douglass North e do conceito de região, para avaliar as dinâmicas de crescimento e desenvolvimento experimentadas pelos Estados Unidos e pelo Brasil a partir da sua colonização, respectivamente, no século XVIII e XVI. O estudo fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e no método dedutivo-histórico e permitiu concluir que o Brasil e os Estados Unidos somente podem ter suas dinâmicas de crescimento e desenvolvimento compreendidas a partir da concepção de região como um subespaço do espaço nacional construído socialmente. Este conceito diverge em relação às proposições apresentadas por D. North no âmbito da sua TBE, devido às especificidades inerentes aos processos sociais, emergentes em diferentes escalas e resultado de determinações econômicas, político-jurídica e cultural-ideológica.

Agradecemos aos autores que nos enviaram seus trabalhos e aos avaliadores que colaboram no processo dando valiosas sugestões nos artigos selecionados para publicação e desejamos uma boa leitura a todos!

Marcia Regina Gabardo da Camara, Carlos Eduardo Caldarelli e Carlos Roberto Ferreira

Editores